

Geografia, conhecimento do espaço e cidadania

António Campar de Almeida e António Gama

A Geografia é ainda hoje um saber desconhecido para o homem comum. Paradoxo dos paradoxos, quando nesta era de informação global parece evidente e pacífico o que seja a Geografia, esta está perante a situação de ser ao mesmo tempo saber que se sabe da escola e uma ciência que não se conhece nos seus contornos disciplinares. Para isso, contribuíram as transformações recentes operadas nos saberes geográficos e que tiveram como resultado que as novas tendências se tenham afastado da Geografia durante muito tempo ensinada.

Assim, falar da Geografia e das suas práticas é antes de mais questionarmo-nos sobre que Geografia pensamos e fazemos neste começo de século. O que será ainda interrogar uma Geografia feita de Geografias fragmentadas em tantos fragmentos quantas as especialidades perdidas na poalha do mundo. Uma Geografia nova ou Geografias novas, tantas quantos os lugares de fala, adequadas aos problemas que se avizinham, muitos dos quais nos tocam hoje em dia, e de outros que se adivinham no horizonte, mas de que não dispomos ainda dos modos de os tornar em temas pertinentes e actuais.

Para olhar a questão, achamos ser conveniente fazer uma muito breve incursão pelo passado do saber geográfico, diferenciada em três ângulos: o que estudamos, como estudamos e para que estudamos. Três questões que abarcam outros tantos âmbitos da prática das ciências que, ao darem primazia aos primeiros, dão menor visibilidade ao último.

Quanto ao primeiro tópico, que se refere aos temas geográficos, damo-nos conta de que estuda a localização e repartição das coisas, dos seres vivos e dos homens à superfície da Terra. Tal estudo envolve assuntos da natureza e das sociedades na sua expressão espacial. Ou seja, três domínios, a natureza, a sociedade e o espaço, que fazem cruzar a Geografia com uma grande diversidade de saberes.

Tendo como objectivo proceder à diferenciação regional da superfície da Terra através da qual se vão desenhando os diferentes mapas do mundo, a Geografia foi-se descobrindo a si mesma à medida que descobria quais eram os seus propósitos. Localizar, repartir/organizar e diferenciar aparecem como o primeiro fito da Geografia. A imensidão do projecto tem como resultado uma sequência de divisões nos saberes geográficos, que se vão subdividindo em conjuntos e subconjuntos cada vez mais fragmentados, que, sob o signo da especialização, almejam expressar cada vez com maior precisão a diversidade dos temas geográficos. Primeiro, os grandes conjuntos temáticos: Geografia Geral e Geografia Regional; Geografia Humana e Geografia Física. Em seguida, enquanto a Geografia Física se reparte pela Geografia dos Climas, das Terras, dos Rios e dos Mares, Geomorfologia e Biogeografia, a Geografia Humana, por sua vez, subdivide-se em Geografia da População e do Povoamento, do Rural e do Urbano, Geografia Económica, Cultural, Política, numa lista infindável de especialidades.

Estes temas, convencionalmente orientados por um academismo que entronizou a especialidade, que foram sendo tratados como mundos distintos, começam a aparecer-nos, hoje, cada vez mais imbricados e interdependentes, sob o signo da interdisciplinaridade e da complexidade.

Se foi no campo das ciências naturais que a Geografia encontrou os seus princípios explicativos, afirmando por consequência uma maior proeminência dos créditos científicos da Geografia Física, assiste-se desde há mais de meio século a uma deriva para o campo das ciências humanas e para a afirmação das questões centradas na Geografia Humana.

Em resultado da reflexão de um século de debate de ideias, afirmaram-se duas perspectivas explicativas principais na definição dos estudos de Geografia na actualidade, cuja constituição foi de algum modo sucessiva no tempo: o estudo das relações homem-meio e da formação das re-





giões, e o estudo da espacialidade das sociedades e da constituição dos territórios. Hoje, depois de um debate de largos anos e superados muitos dos antagonismos, estas perspectivas aparecem cada vez mais complementares.

O estudo das relações homem-meio, traduzido como a combinação entre o homem e a terra, tornou-se numa relação de tal modo naturalizada que os discursos se foram revestindo de uma harmonia entre a criação divina e o esforço dos homens. Os modos de vida e as imbricações entre os recursos e os habitats são os temas privilegiados de início para se diversificarem depois por uma série de caminhos em conformidade com as ideias directoras iniciais uns, em ruptura, abrindo novas orientações, outros.

A Geografia Física, com grande importância nesta fase, para além dos estudos específicos, dava o seu contributo descrevendo e interpretando o quadro natural, suporte quase invariante, da vida dos homens. Termos como *região* e *paisagem* tornam-se recorrentes, com os inevitáveis efeitos da sua banalização, de perda de sentido e de emblematização.

Por sua vez, a espacialização das sociedades, ao pôr a ênfase nesse palco mutável que é o espaço, vem dar expressão ao modo como as sociedades ocupam, entendem e dominam os espaços. Primeiro, assinala-se a importância económica do espaço, para se abrir às dimensões sociais, envolvendo nesta as dimensões cultural e política. A linguagem muda, o espaço como suporte dá lugar aos espaços sociais, aos territórios. Afirmam-se agora os espaços vividos, as identidades territoriais, as representações do espaço.

O estudo das relações homem-meio e do estudo da regiões ocupou os geógrafos da primeira metade do século XX, prolongando preocupações do Século das Luzes, dando conta da longa ocupação humana da Terra como um prologamento da história natural. O estudo da espacialidade das sociedades e da constituição dos territó-

rios, incentivado pela afirmação da espacialidade das economias, que a era industrial e os transportes foram construindo, depressa foi revivificado e transformado por um maior aprofundamento que lhe deram a abertura aos temas sociais, políticos e culturais.

Este alargar de horizontes acompanhou a consciência de que o vasto mundo, até então esquecido na sua amplitude, em que o longe era visto como longe, ao ritmo do dia que pautava o tempo-espaço das sociedades, imensidão onde se visionavam terras prometidas, novos mundos e novas fronteiras, se foi convertendo num mundo de proximidades. Esta transformação no espaço-tempo pôs em evidência, a cada passo, um mundo cada vez mais pequeno, à medida que cada desejo dos homens tinha cumprimento através das tecnologias, à semelhança do que acontecera com a *peau de chagrin* do romance de Balzac.

Também nos modos de ver se vão operando mudanças que se traduzem numa maior consciência metodológica. O debate de ideias e as práticas de investigação vão confrontando e superando as diferentes metodologias. O edifício do saber geográfico, refundado sobre a herança da Antiguidade Clássica, após os séculos XVI-XVII, foi-se construindo sob o signo da exploração dos novos mundos, associado ao empirismo como regra matricial. Até ao início do século XIX, a missão principal tornara-se fundamentalmente proceder à escrita da Terra, apesar de a indagação das respostas aos porquês geográficos se ter indo insinuando como novos territórios a explorar, em boa parte por causa dos novos territórios explorados. Dessa herança, fundaram-se os modos de ver de que se serviram os geógrafos do último século, agora mais apurados na consciência metodológica e mais refinados nas técnicas. A essas metodologias podemos, de forma breve, associar, para a Geografia da primeira metade do século XX, as Geografias das relações homem-meio e dos estu-



dos regionais, com o debate entre determinismo e possibilismo, como variante um tanto mesclada de ontologia, da disputa entre positivismo e anti-positivismo. Para a segunda metade do século XX, por sua vez, um diversificado e intenso debate metodológico entre neopositivismo, radicais e humanistas acompanha as mudanças nas Geografias e põe a ênfase nas espacialidades da sociedade, nas práticas socioespaciais e na representações dos espaços.

Inevitavelmente, se a questão de “para que serve” a Geografia aparece associada ao que acima foi dito, não é menos verdade que ela apresenta uma certa autonomia. Assim, pode considerar-se que a questão das utilidades da Geografia se refere às práticas dos geógrafos e que estas se fazem em sociedade. Mostram-se tão diversas quanto os contextos socioespaciais, de tal modo que não é fácil traçar em breves linhas um percurso dessas práticas. Este percurso pode ser, de um modo um tanto esquemático, apresentado por uma série de objectivos maiores que acabam por tipificar com outras tantas fases da Geografia, em correspondência, na maioria das vezes, com as orientações de método de estudo e de princípios explicativos, antes referidos.

Num primeiro tempo, que se perde nos confins dos tempos e de que a memória mais nítida nos ficou dos gregos, fazer mapas para conhecer a Terra era a tarefa maior da Geografia. Proceder à escrita da Terra, localizando e inventariando as coisas, os seres vivos e os homens em mapas, a fim de conhecer, explorar e dominar o mundo tornou-se a primeira missão dos geógrafos. Conhecer os seus domínios por meio dos mapas suscitou o interesse dos poderes. São os mapas do rei, interessados em qual a extensão das terras e mares que dominavam e, por acréscimo, os dos seus vizinhos e, muitas vezes, eventuais inimigos.

Os alvares da Era Moderna fizeram da Geografia uma ciência europeia, tal a importân-

cia que vêm a tomar os países europeus na escrita da Terra e na exploração de terras desconhecidas por esse mundo fora, na sequência dos Descobrimentos. Os processos de dominação espacial, associados à formação e extensão dos territórios dos modernos Estados europeus, a necessidade de conhecer o espaço para fazer a guerra fez dela uma *Geografia dos estados-maiores*. Por sua vez, aprender a Geografia do país e a identidade nacional, tornando-a objecto de ensino, alargou-lhe horizontes e converteu-a numa *Geografia dos professores* e, em consequência disso, veio a dar-lhe a possibilidade imensa de fazer crescer o número dos seus profissionais.

Outras práticas foram emergindo com o decorrer dos tempos como resposta a demandas sociais por imperativo das circunstâncias: ordenar o espaço privilegiando o planeamento espacial, aparecendo então aquela que se veio a designar por *Geografia aplicada*. Mais recentemente, superando a visão instrumental, em que a aplicação parecia enredá-la, por uma visão mais crítica, afirma-se hoje como um *saber pensar o espaço*.

Esta *Geografia crítica* é antes de mais uma tomada de consciência de um momento histórico em que a nossa capacidade de acção, individual ou colectiva, tende a aumentar, mas em que os riscos e os efeitos perniciosos das acções ganham dimensão, extensão e duração antes inimagináveis. Hoje, as questões de Geografia estão cada vez mais presentes no debate público, mesmo quando não são à primeira vista reconhecidas como tais, da urbanização à mundialização, do ambiente à cidadania, questões contemporâneas inevitavelmente ligadas ao domínio do espaço.

Nestes tempos de mudança, a consciência geográfica dos homens organiza-se em torno de três elementos-chave: a finitude da terra, a sua ocupação e partilha e a permeabilidade das fronteiras. Quanto ao primeiro elemento, diversos fenómenos e problemas levam os homens a olhar o



Planeta como uno e finito, o que significa que um grande número de questões não podem ser resolvidas ou domesticadas senão tomadas na sua totalidade. No segundo elemento, damos conta que o mundo, enquanto espaço geográfico, está explorado, conquistado, partilhado e ocupado, em resultado de uma mística do espaço que prevalece desde há dois séculos e que desenhou o mapa político do mundo, de que os próprios mares não foram excluídos. Finalmente, a permeabilidade das fronteiras, das naturais às políticas, aparece como um fenómeno novo. As fronteiras políticas, no momento em que a fronteira linear como limite de soberania do Estado tem a sua consumação universal, tornam-se, por ironia do destino, mais vulneráveis e incertas. Estas fronteiras evidenciam hoje uma permeabilidade em todo o seu esplendor, dos fluxos de capitais às gentes e às informações, mas também aos riscos e perigos, desde os da natureza aos das técnicas, que foram muitas vezes ignorados na ilusão dos mundos fechados.

Assim, a Geografia impõe-se como *um saber pensar o espaço*, um conhecer o espaço pelos homens para nele saberem organizar-se e para nele saberem viver e combater por uma vida melhor, do pão aos direitos. Este saber pensar o espaço exige uma consciência espacial que não se confine ao estreito espaço da vida quotidiana e que salte para além do horizonte que o encerrou e, em tempos de metáforas de aldeias globais, encerra ainda a tomada de consciência de ser e estar no mundo. Este saber pensar o espaço aprende-se através de práticas de saber ler os mapas, de modo que estes se difundam cada vez mais em razão das exigências da prática social nas nossas sociedades, em que as novas configurações das relações socioespaciais assumem importância indelével, em razão da perda de sentido do próximo e do longe com o advento de uma multiplicidade de distâncias.

Saber pensar o espaço, como uma tomada de consciência dos nossos próprios mapas do mundo, é pois uma condição de cidadania.

Quando, hoje, nos referimos à cidadania, fazemo-lo em relação à identidade nacional, à comunidade, à participação, aos direitos e, em boa medida, à igualdade entre os cidadãos. O denominador comum destas facetas da cidadania é que todas estão vinculadas às experiências de inclusão e exclusão, para as quais o espaço é um componente iniludível.

A importância do espacial é, nas sociedades modernas, primordial no que se refere ao território do Estado, na medida em que formalmente a cidadania está associada a ser membro de uma comunidade política de que o Estado é o epígono contemporâneo. Tal significa ter uma determinada nacionalidade, ou seja, substantivamente, implica a posse de direitos específicos e o cumprimento de certas obrigações dentro do Estado ou da comunidade política, que se define, além do mais, pela posse de um território específico, que partilha o mundo com outros territórios políticos, que têm uma Geografia e fazem parte de uma Geografia.

Se a considerarmos como um processo ao longo da História, a cidadania foi-se construindo através de uma sucessão temporal, mas também de situações espaciais, constituindo um campo no qual se tem debatido quem está dentro e quem está fora. Nas sociedades modernas, em resultado de conflitos e de negociações entre as forças políticas e sociais de um país, em que o espaço é parte da questão, apesar de a proporção daqueles que participam ter vindo a aumentar, essa evolução nem sempre se processou de forma linear. Além disso, a emancipação social de uma comunidade não quer significar a todo o momento uma plena cidadania para todos os habitantes de um território, sendo que, muitas vezes, a identidade de comunidade não se compagina com a pertença territorial, dando origem a marginalizações espaciais, acantonamentos ou mesmo migrações excludentes.

Ser cidadão no início do século XXI significa, para além de pertencer a uma comunidade



específica, possuir uma consciência do mundo em que se vive e das questões espaciais implicadas pelos conflitos de toda a ordem, dos locais aos mundiais, procurando a ténue linha de equilíbrio entre a igualdade de cidadania e a expressão da diferença pelas identidades.

O conhecimento do espaço e, por conseguinte, uma maior consciência geográfica dos cidadãos deve ser um dos recursos do conhecimento que qualquer um deve ter presente, para melhor participar nas disputas do mundo actual. A saber: a questão dos recursos, a problemática do ambiente e dos riscos naturais, o vasto campo das questões demográficas e económicas, da riqueza e da pobreza e das migrações das populações. A estas juntam-se as relacionadas com os problemas económicos e sociais associados à mundialização. Mundialização que aparece antes de mais como económica, mas que primeiro que tudo deveria ser uma mundialização dos direitos e da dignidade humana. E, para além delas, as questões político-territoriais traduzidas muitas vezes na expressão espacial das identidades, com os correlativos fenómenos de libertação e emancipação ou de opressão e exclusão.

Um espaço de dupla face, que é antes de mais social e que emerge deste enunciado de questões. Em primeiro lugar, um espaço-natureza, como campo das questões ambientais e da problemática dos riscos naturais. Em segundo, um espaço social, que aparece como arena de conflitos onde actuam os poderes sociais e políticos, através da apropriação, da dominação e da regulação do espaço. Neles se afirmam as identidades individuais e colectivas, traduzidas por termos como ambiente, paisagem, espaço vivido, território, cujo significado balança entre ambiguidade e potencialidade.

Finalmente, todas estas questões são atravessadas por um dos problemas magnos da Geografia: a *escala*. Se as práticas sociais quotidianas se fizeram e fazem em grande medida num es-

paço restrito, elas aparecem, no mundo de hoje, cada vez mais inter-relacionadas com as vidas de gentes em lugares tão díspares como distantes. Apanágio, durante muito tempo, de uns poucos, a percepção do longe insinua-se hoje nos nossos gestos e nos nossos objectos de todos os dias. Passar da consciência de uma espacialidade multiforme e diferencial de alguns a uma consciência espacial ao alcance de todos será o desejo de uma Geografia de cidadania. Importa que as pessoas sejam capazes de perceber e analisar as estratégias espaciais dos poderes, tanto no plano nacional como internacional, ou, entender, da escala local à escala mundial, as implicações da mundialização na configuração dos problemas e na proposição de soluções.

A Geografia deve ser entendida como um saber pensar o espaço, um saber que promova a consciência do espaço para nele sabermos organizar-nos e para nele sabermos viver e lutar por uma vida melhor, em que se possam consumir os sonhos de liberdade nas asas do desejo.

